

ATA NÚMERO 222/XIII/4.^a SL

Aos três dias do mês de outubro de 2018, pelas 10:30 horas, reuniu a Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa, na sala 10 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

- 1. Aprovação das atas n.º 220 e 221;**

- 2. Deliberação sobre as auditorias a realizar no âmbito nos termos do n.º 4 do artigo 62.º da Lei de Enquadramento Orçamental;**

- 3. Aprovação do plano de atividades para a 4.^a Sessão Legislativa;**

- 4. Definição da metodologia de apreciação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 138/XIII/3.^a (GOV) - "Altera o regime jurídico de acesso e exercício da atividade seguradora e resseguradora e o regime processual aplicável aos crimes especiais do setor segurador e dos fundos de pensões e às contraordenações cujo processamento compete à Autoridade de Supervisão de seguros e fundos de pensões, transpondo a Diretiva (UE) 2016/97";**

- 5. Deliberação sobre elaboração de parecer sobre o Projeto de Lei n.º 997/XIII/4.^a (CDS-PP) - "Reforço da autonomia das entidades hospitalares integradas no Serviço Nacional de Saúde para contratação de recursos humanos"; Comissão competente: Comissão de Saúde. Cabe ao GP PSD**

- 6. Deliberação sobre elaboração de parecer sobre o Projeto de Lei n.º 998/XIII/4.^a (CDS-PP) - "Modelo de financiamento dos hospitais integrados no Serviço Nacional de Saúde"; Comissão competente: Comissão de Saúde. Cabe ao GP PS**

- 7. Outros assuntos.**

-
- 1. Aprovação das atas n.º 220 e 221;**

A ata n.º 220 foi aprovada por unanimidade.

A deliberação sobre a ata n.º 221 ficou adiada para a próxima reunião.

2. Deliberação sobre as auditorias a realizar no âmbito nos termos do n.º 4 do artigo 62.º da Lei de Enquadramento Orçamental;

A Senhora Deputada Mariana Mortágua (BE) solicitou o adiamento deste ponto da OD para a próxima reunião, tendo a Senhora Presidente anuído.

O Senhor Deputado António Leitão Amaro (PSD) solicitou que as propostas dos grupos parlamentares (GP) para as audições fossem conhecidas antes da reunião.

3. Aprovação do plano de atividades para a 4.ª Sessão Legislativa;

O Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) lembrou que não tinha havido deliberação sobre este ponto porque estava pendente a decisão de dar ou não continuidade ao GT da Lei de Enquadramento Orçamental (LEO).

O Senhor Deputado Paulo Trigo Pereira (PS) entende, tal como o Senhor Deputado Fernando Rocha Andrade (PS), que também pertence a este GT, que se justifica a manutenção deste GT porque ainda há matérias relevantes para discutir e acompanhar. Propôs a realização de reuniões, relativamente espaçadas, nomeadamente com a UniLEO, para ir acompanhando a implementação da LEO. Ainda na qualidade de Coordenador deste GT, propôs a auscultação aos vários GP's sobre este assunto, informando que o GP do PS defende a continuação do GT.

O Senhor Deputado António Leitão Amaro (PSD) também considerou que se mantém a pertinência deste GT, porque se mantém a premência do controle apertado do Parlamento sobre a implementação da LEO, não devendo ser dado nenhum sinal político de afrouxamento nesta discussão. Exortou os membros do GT para que se mantivesse a atividade de acompanhamento, evitando algum "adormecimento" sobre a matéria. Sugeriu que se ponderasse a realização de reuniões com uma periodicidade semestral, incluindo também audições ao Secretário de Estado Orçamento, em sede de Comissão.

O Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) informou que, tendo o PS e o PSD manifestado interesse em manter o GT em atividade, o PCP também não se opõe, devendo então constar do Plano de Atividades para 2019.

Também as Senhoras Deputadas Mariana Mortágua (BE) e Cecília Meireles (CDS-PP) concordaram com a proposta.

O Senhor Deputado Paulo Trigo Pereira (PS) voltou a usar da palavra para defender, ainda, que há outras matérias que têm substância e pertinência para serem discutidas e trabalhadas no âmbito deste GT, invocando, por exemplo, a recente proposta do PCP para incluir a informação sobre Investimentos públicos no Orçamento de Estado. Sublinhou que uma tal proposta, determinando várias alterações à estrutura do OE, incluindo dos mapas orçamentais, configuraria uma alteração à LEO.

4. Definição da metodologia de apreciação, na especialidade, da [Proposta de Lei n.º 138/XIII/3.ª \(GOV\)](#) - "Altera o regime jurídico de acesso e exercício da atividade seguradora e resseguradora e o regime processual aplicável aos crimes especiais do setor segurador e dos fundos de pensões e às contraordenações cujo processamento compete à Autoridade de Supervisão de seguros e fundos de pensões, transpondo a Diretiva (UE) 2016/97";

O Senhor Deputado João Paulo Correia (PS) propôs a constituição de um GT para apreciar, na especialidade, esta iniciativa legislativa. Mais indicou lista de cinco entidades para a realização de audições: Associação de Instituições de Crédito Especializado, Associação Nacional de Agentes e Corretores de Seguros, DECO, Associação Portuguesa de Seguradores e Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões. Propôs ainda solicitar pareceres escritos às seguintes entidades: BdP, CMVM, APB, APFIPP, CNPD, Associação Portuguesa de *Leasing, Factoring* e *Renting*. Sugeriu que se fixasse o prazo de 5.ª feira, até ao final da tarde, para eventual envio de propostas adicionais de entidades para audição

A Senhora Presidente aproveitou para esclarecer que a APS já solicitou audiência à COFMA, e que três entidades já remeteram os seus contributos (também disponíveis na página da iniciativa), nomeadamente: a Associação Portuguesa de Fundos de Investimento, Pensões e Patrimónios (APFIPP), a Associação Nacional de Agentes e Corretores de Seguros (APROSE) e a Associação Portuguesa de Seguradores (APS)

O Senhor Deputado António Leitão Amaro (PSD) concordou com a metodologia ora apresentada e com a fixação de um prazo para envio de propostas de entidades para audição. Sugeriu que, mesmo para as entidades que vierem a ser ouvidas em audição, deve ser solicitado um contributo escrito, o qual deverá ser remetido previamente à comissão, por exemplo, até sexta-feira antes da data da audição. Solicitou finalmente que os serviços distribuíssem aos Deputados os contributos já enviados.

O Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) disse nada ter a opor à constituição do GT mas recordou a necessidade de compatibilizar a sua atividade com o período de discussão orçamental. Será assim necessário suspender os trabalhos do GT a partir do dia 15 de outubro e até ao final do processo orçamental. Finalizou, indicando-se a si próprio para integrar este GT.

Foi deliberada a constituição do GT para discussão na especialidade desta iniciativa legislativa, sem prejuízo da suspensão de atividade durante o período orçamental. Foi também fixado o prazo para envio de propostas de entidades para audições até final do Plenário de quinta-feira. Cabendo a coordenação deste GT ao GP do PCP, ficou nomeado do Senhor Deputado Paulo Sá, coordenador deste GT.

O Senhor Deputado António Leitão Amaro (PSD) indicou os Senhores Deputados Carlos Silva e Inês Domingos para integrar o GT. O PS indicou o Senhor Deputado João Paulo Correia, o BE indicou a Senhora Deputada Mariana Mortágua e o CDS-PP indicou a Senhora Deputada Cecília Meireles.

5. Deliberação sobre elaboração de parecer sobre o [Projeto de Lei n.º 997/XIII/4.ª \(CDS-PP\)](#) - "Reforço da autonomia das entidades hospitalares integradas no Serviço Nacional de Saúde para contratação de recursos humanos"; Comissão competente: Comissão de Saúde

O Senhor Deputado António Leitão Amaro (PSD) confirmou o interesse do GP do PSD em elaborar Parecer e informou que será indicado nome do autor até final do dia.

6. Deliberação sobre elaboração de parecer sobre o [Projeto de Lei n.º 998/XIII/4.ª \(CDS-PP\)](#) - "Modelo de financiamento dos hospitais integrados no Serviço Nacional de Saúde"; Comissão competente: Comissão de Saúde

O Senhor Deputado João Paulo Correia (PS) confirmou o interesse do seu GP em elaborar Parecer sobre esta iniciativa e indicou a Deputada Jamila Madeira como autora.

7. Outros assuntos.

Não havendo outros assuntos a tratar, a Senhora Presidente deu por concluída a reunião.

A reunião foi encerrada às 11:34 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 03 outubro 2018.

A PRESIDENTE

(Teresa Leal Coelho)



Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa

Reunião de 03 de outubro de 2018

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Leitão Amaro
António Ventura
Cecília Meireles
Cristóvão Crespo
Duarte Pacheco
Fernando Anastácio
Hortense Martins
Inês Domingos
João Galamba
João Paulo Correia
João Pinho de Almeida
Margarida Marques
Mariana Mortágua
Paulo Sá
Paulo Trigo Pereira
Sara Madruga da Costa
Teresa Leal Coelho

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Nuno Sá
Ricardo Leão

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Carlos Silva
Cristóvão Norte
Jamila Madeira